



Demonstrações Contábeis Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório dos Auditores Independentes;
- b) Balanço patrimonial;
- c) Demonstração do resultado;
- d) Demonstração do resultado abrangente;
- e) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- f) Demonstração do fluxo de caixa; e
- g) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da Companhia é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis livres de distorções.

FERNANDO SOARES
GURGEL:738024923
15

Digitally signed by
FERNANDO SOARES
GURGEL:73802492315
Date: 2025.05.12 11:04:43
-03'00'

FERNANDO SOARES GURGEL
Diretor Geral e de Contabilidade

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Administradores da
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 09 de maio de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4


João Paulo Dias Neves
Contador CRC 1 BA 027946/O-0 - S - CE

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Balanço patrimonial

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	5	10.483	1.563	Depósitos	10	24.393	2.204
Instrumentos financeiros		7.228	7.685	Obrigações fiscais correntes	11	334	300
Títulos e valores mobiliários	6	3.942	3.913	Outros passivos	11	6.547	5.202
Operações de crédito	7	4.877	4.896	Partes relacionadas	9	-	32
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.591)	(1.124)	Outros passivos	11	6.547	5.170
Depósitos compulsórios e outros em bancos	8	13.385	2.470			<u>31.274</u>	<u>7.706</u>
Ativos fiscais	13	1.883	63	Patrimônio líquido	12		
Outros ativos		1.203	758	Capital social		5.000	5.000
Adiantamentos		173	98	Reservas de lucros		(797)	(3)
Partes relacionadas	9	-	268			<u>4.203</u>	<u>4.997</u>
Outros ativos		1.030	392				
Imobilizado de uso		1.362	185				
Depreciação		(67)	(21)				
Total do ativo		<u>35.477</u>	<u>12.703</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>35.477</u>	<u>12.703</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receitas de intermediação financeira		12.006	24.834	15.194
Operações de crédito	7	2.283	4.568	6.804
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		8.391	16.995	7.351
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	1.332	3.271	1.039
Despesas da intermediação financeira		(329)	(467)	(1.071)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7	(329)	(467)	(1.071)
Resultado bruto da intermediação financeira		11.677	24.367	14.123
Outras despesas operacionais		(15.781)	(25.160)	(13.402)
Receitas de prestação de serviços	14	7.286	11.651	5.188
Despesas administrativas	14	(16.586)	(25.964)	(11.997)
Despesas de pessoal	14	(4.888)	(8.062)	(5.294)
Despesas tributárias	14	(1.294)	(2.320)	(1.268)
Outras despesas operacionais		(299)	(465)	(31)
Resultado operacional		(4.104)	(793)	721
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	1.403	-	(602)
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre		(2.701)	(793)	119
(Prejuízo)/lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação)				
Básico/diluído	12	-0,54	-0,16	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre	(2.701)	(793)	119
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(2.701)</u>	<u>(793)</u>	<u>119</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2023	5.000	11	93	-	5.104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	119	119
Destinações					
Reserva legal	-	6	-	(6)	-
Reserva de lucros	-	-	20	(20)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(113)	(113)	(226)
Absorção do prejuízo	-	(17)	-	17	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.000	-	-	(3)	4.997
Prejuízo do exercício	-	-	-	(793)	(793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.000	-	-	(796)	4.204
Saldos em 30 de junho de 2024	5.000	-	-	1.904	6.904
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2.701)	(2.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.000	-	-	(797)	4.203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 20
(Em milhares de Reais)

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre	(2.700)	(793)	119
Ajuste por			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	329	467	1.071
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(558)	(2.241)	(899)
Baixa de imobilizado	500	500	-
Depreciação	34	62	21
	(2.395)	(2.005)	312
Variações patrimoniais			
Operações de crédito	(672)	19	(707)
Ativos fiscais	(585)	(1.820)	(27)
Depósitos compulsórios e outros em Bancos	(870)	(10.915)	(2.470)
Outros ativos	(154)	(638)	(391)
Adiantamentos	(50)	(75)	(69)
Partes relacionadas	1.489	236	917
Depósitos	12.849	22.189	2.204
Obrigações fiscais correntes	(2.946)	34	747
Outros passivos	(3.204)	1.376	3.540
	3.462	8.401	4.056
Caixa gerado pelas operações	3.462	8.401	4.056
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.630	-	(514)
Imposto de renda dos juros sobre o capital próprio pago	37	-	(16)
	5.129	8.401	3.526
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.129	8.401	3.526
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado	(1.181)	(1.693)	(181)
Aquisição em títulos e valores mobiliários	-	-	(2.021)
Resgate em títulos e valores mobiliários	635	2.212	-
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de investimento	(546)	519	(2.202)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Juros sobre o capital próprio pagos	189	-	(91)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	189	-	(91)
Aumento líquido de disponibilidades	4.772	8.920	1.233
Disponibilidades no começo do período	5.711	1.563	330
Disponibilidades no fim do período	10.483	10.483	1.563
Aumento líquido de disponibilidades	4.772	8.920	1.233

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Somapay Sociedade De Crédito Direto S.A. (“Companhia”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil. A Companhia tem como objetivo social: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria; e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

No exercício de 2024, a Companhia passou a concentrar as operações de conta de pagamento que anteriormente eram conduzidas pela Somapay Instituição de Pagamento S.A. (“Somapay IP”), sociedade com CNPJ distinto, mas pertencente aos mesmos controladores. A migração integral das operações da conta de pagamento ocorreu em 31 de março de 2024.

Com essa migração, os principais saldos relacionados à gestão de contas de pagamento, como os depósitos de clientes em dinheiro eletrônico, passaram a ser registrados pela Companhia, impactando diretamente as demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de depósitos em dinheiro eletrônico totalizou R\$ 24.393 mil (R\$ 2.204 mil em 2023), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Adicionalmente, a receita gerada pela operação dessas contas passou a ser reconhecida na Companhia a partir de abril de 2024, estando incluída na rubrica “Contas correntes” dentro das receitas de prestação de serviços, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável.

A Apresentação destas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.910/21 e da Resolução BCB nº 2/20.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para riscos processuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram por ela aprovadas em 09 de maio de 2025.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir.

3.1. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador e classificados conforme a intenção da Administração da Companhia.

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i) Títulos para negociação;**
- ii) Títulos disponíveis para venda;**
- iii) Títulos mantidos até o vencimento.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Instituição contabilizados em 31 de dezembro de 2024 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Instituição não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Instituição baseia-se em informações disponíveis no mercado.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

3.3. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa é classificada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.4. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.5. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos

A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.10. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.11. Riscos processuais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia é parte em processos cíveis. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.13. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- **Resolução CMN nº 4.975, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025**
 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação as normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 24 de agosto de 2023 o Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 5.101 que faculta a aplicação da Resolução CMN nº 4.975 aos contratos firmados até a data de entrada em vigor da Resolução (1º de janeiro de 2025), nos quais as instituições figurem na condição de arrendatária. A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

▪ **Resolução CMN nº 4.975, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025**

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substituindo, entre outras normas, a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A Administração preparou um plano para a adoção dos novos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Esse plano de implementação trata dos procedimentos a serem observados pela Companhia e dos possíveis impactos em seus sistemas, políticas, processos e rotinas para adoção das Resoluções CMN 4.966/2021 e BCB 352/2023.

As Resoluções CMN 4.966 e BCB 352 estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. Os conceitos explanados nas Resoluções se referem a:

- a) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- b) Constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros;
- c) Designação e reconhecimento contábil da relação de proteção (contabilização de hedge); e
- d) Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. No que tange à mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito, a Resolução CMN nº 4.966 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e aos limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em três estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Já em relação à contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade das operações de hedge passa a ser prospectiva conforme a Estratégia de Gerenciamento de Risco.

Durante os trabalhos preparatórios para a adoção das Resoluções CMN 4.966 e BCB 352, não foram observados ativos financeiros problemáticos em montantes que demandassem provisionamento em bases que impactem significativamente o Patrimônio Líquido da Companhia no exercício subsequente, de acordo com a metodologia simplificada e a política interna elaborada pela Companhia.

Resumo dos impactos	Saldo	Perda Incorrida	Perda Esperada	Perda esperada adicional	Provisão
Descrição do ativo financeiro					
Operações de crédito	4.877	1.427	81	819	2.327
Total	4.877	1.427	81	819	2.327
Ativo fiscal diferido					931
Valor líquido dos efeitos tributários					1.396

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Lei nº 14.467/2022, que disciplina os impactos tributários decorrentes da aplicação da Resolução CMN nº 4.966, tem como objetivo alinhar a tributação das instituições financeiras às novas normas contábeis. Entre os principais aspectos abordados, destacam-se:

- A definição de critérios para reconhecimento de receitas e despesas financeiras para fins fiscais;
- A regulamentação dos efeitos da provisão para perdas de crédito na base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- As regras aplicáveis à tributação das variações de valor justo em instrumentos financeiros, especialmente aqueles registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

A seguir, demonstram-se os cálculos e impactos apurados para 1º de janeiro de 2025, considerando as disposições da Lei nº 14.467/2022:

Com base no art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, referentes a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e nem recuperadas, somente poderão ser excluídas do lucro líquido à razão de 1/84 avos por mês, a partir de janeiro de 2026.

O impacto tributário apurado com base na provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025 é de R\$ 15. O impacto será registrado no patrimônio líquido conforme prevê a CMN nº 4.966.

O montante poderá ser aproveitado a partir de 2026, deduzido mensalmente na proporção de 1/84. Portanto, a tributação antecipada da provisão de R\$ 15 gera um impacto imediato na base tributável de 2025, enquanto a recuperação desse efeito ocorrerá gradualmente ao longo de sete anos (2026-2032).

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa:

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa:** além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. Disponibilidades

As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades em moeda nacional Aplicações financeiras - CDB	10.125	1.100
	358	463
	<u>10.483</u>	<u>1.563</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Títulos e valores mobiliários

- a) **As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão compostas como segue:**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos	3.942	3.913
	<u>3.942</u>	<u>3.913</u>
Circulante	3.942	3.913
Não circulante	-	-

- (*) Os títulos e valores mobiliários são compostos por Cotas Subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), constituído sob a forma de condomínio fechado, tendo como foco investimento em operações de crédito pessoal. O Fundo, denominado EXTRA BALANCE TOP SIERRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, tem como Administrador Fiduciário a Finaxis CTVM, como Custodiante o Banco Finaxis e como Gestor de Recurso a Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.913</u>
Resgates	(1.577)
Remuneração	1.683
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>4.019</u>
Resgates	(636)
Remuneração	559
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>3.942</u></u>

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	<u>01/07/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro (i)	771	794	-
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos	559	2.242	899
Títulos de renda fixa - CDB (ii)	<u>2</u>	<u>235</u>	<u>140</u>
	<u><u>1.332</u></u>	<u><u>3.271</u></u>	<u><u>1.039</u></u>

- (i) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata aplicados em títulos de renda fixa - LFT, estão classificados no grupo de Depósitos compulsórios e outros em bancos centrais, vide Nota Explicativa nº 8;
- (ii) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata aplicados em títulos de renda fixa - CDB, estão classificados no grupo de Disponibilidades, vide Nota Explicativa nº 5.

7. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos	4.877	4.896
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	<u>(1.591)</u>	<u>(1.124)</u>
	<u><u>3.286</u></u>	<u><u>3.772</u></u>
Circulante	3.264	3.633
Não circulante	22	139

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Operações	PCLD	Operações	PCLD
A vencer	3.224	(75)	3.445	(30)
Vencidos				
De 01 a 14 dias	19	(4)	112	(2)
De 15 a 30 dias	45	(7)	39	(3)
De 31 a 60 dias	43	(9)	42	(4)
De 61 a 90 dias	31	(14)	81	(13)
De 91 a 120 dias	40	(27)	85	(28)
De 121 a 150 dias	53	(40)	61	(33)
De 151 a 180 dias	71	(64)	80	(60)
Acima de 181 dias	1.351	(1.351)	951	(951)
	4.877	(1.591)	4.896	(1.124)

c) Movimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Saldos iniciais	(1.262)	(1.124)	(53)
Adições	(329)	(467)	(1.071)
Saldos finais	(1.591)	(1.591)	(1.124)

d) Resultado das operações de crédito:

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Rendas de empréstimos	2.283	4.568	6.804
	2.283	4.568	6.804

e) Concentração das operações de crédito:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Operações	% ⁽¹⁾	Operações	% ⁽¹⁾
Maior devedor	12	-	40	1%
Dez maiores devedores	49	1%	120	2%
Vinte maiores devedores	77	2%	169	3%
Cinquenta maiores devedores	143	3%	283	6%
Cem maiores devedores	226	5%	443	9%
	507	10%	1.055	22%

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Setor de atividade econômica:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Operações	% ⁽¹⁾	Operações	% ⁽¹⁾
Setor privado	4.858	100%	4.896	100%
Setor publico	19	-	-	-
	4.877	100%	4.896	100%
Pessoa Física	4.877	100%	4.896	100%
	4.877	100%	4.896	100%

8. Depósitos compulsórios e outros em bancos

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	31	10
Reserva no BACEN - Dinheiro eletrônico (i)	13.354	2.460
	13.385	2.470

- (i) Reserva no BACEN - Dinheiro eletrônico se refere a fundos mantidos com o BACEN, os quais servem como salvaguarda para depósitos de clientes investidos na Companhia, e possuem uma remuneração em 95% da SELIC.

9. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativas às operações com partes relacionadas, decorreram de transações com Companhia do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo (i)	Passivo (ii)	Ativo (i)	Passivo (ii)
Sociedades ligadas	-	-	268	32
	-	-	268	32
Circulante	-	-	268	32
Não circulante	-	-	-	-

- (i) Refere-se a saldo em conta de livre circulação em parte relacionada (Soma Instituição de Pagamentos S.A.) com o objetivo de operacionalizar as operações de crédito nas contas de pagamentos dos clientes; e
- (ii) A natureza desses saldos está vinculada a montantes desembolsados pela (Soma Instituição de Pagamento S.A.) de clientes migrados para Companhia.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo os Diretores Estatutários, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários, e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as remunerações totalizaram um montante de R\$ 1.162 (R\$ 1.258 em 31 de dezembro de 2023).

10. Depósitos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos em dinheiro eletrônico	24.393	2.204
	<u>24.393</u>	<u>2.204</u>

Atualmente, os depósitos em dinheiro eletrônico no Brasil incluem os saldos da “Conta da Somapay”.

A “Conta da Somapay” é uma conta pré-paga na qual os valores depositados pelos clientes são classificados como dinheiro eletrônico e devem ser alocados a títulos públicos ou em conta específica mantida no Banco Central do Brasil (ver Nota Explicativa nº 8), de acordo com as exigências regulatórias brasileiras. Portanto, esses tipos de depósitos não podem ser utilizados para qualquer outro tipo de investimento ou como fonte de financiamento para operações de crédito.

A “Conta da Somapay” não fornece retorno de rendimento aos seus clientes. Todos esses depósitos possuem liquidez diária.

11. Obrigações fiscais correntes e outros passivos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações fiscais correntes		
PIS e COFINS a recolher	145	119
Imposto de Renda	-	55
Contribuição Social	-	34
Impostos sobre serviços tomados	74	41
ISS a recolher	72	29
IOF a recolher	43	22
	<u>334</u>	<u>300</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros passivos		
Credores diversos	5.105	3.945
Trabalhistas e sociais	1.409	858
Sociais e estatutárias	-	257
Outros passivos	33	142
	<u>6.547</u>	<u>5.202</u>
Circulante	6.547	5.202
Não circulante	-	-

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) e estão representadas por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva Legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou R\$ 6 de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve destinações para dividendos.

d) Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, será assegurado o pagamento de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação vigente, sendo o valor calculado com base no patrimônio líquido da companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio, após deduzidas as reservas legais e outras disposições, não poderá exceder o limite estabelecido pela Lei 6.404/76. Caso a empresa decida não realizar o pagamento de JCP, o saldo remanescente do lucro poderá ser destinado conforme deliberação da assembleia geral, com a proposta da diretoria, sempre em conformidade com as exigências legais.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou R\$ 226 de juros sobre o capital próprio.

e) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do semestre prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

f) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Resultado básico por ação			
Lucro atribuível aos acionistas	(2.701)	(794)	119
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	5.000	5.000	5.000
Resultado por ação - Em Reais	(0,54)	(0,16)	0,02

13. Impostos sobre a Renda

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de Renda	1.332	-	54	55
Contribuição Social	551	-	9	34
	1.883	-	63	89
Circulante	1.883	-	63	89
Não circulante	-	-	-	-

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	01/07/2024	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IR e da CS	(4.104)	(793)	721
Alíquota fiscal combinada	40%	40%	40%
Despesa de tributos à alíquota nominal	1.642	318	(288)
(Adições) Exclusões permanentes			
Juros sobre o capital próprio	-	-	90
Parcela isenta do adicional de 10%	(12)	-	24
IR e CS no resultado do período	-	-	(174)
Total de despesa de IR e CS	-	-	(602)
Alíquota efetiva	-	-	24%

14. Despesas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

	01/07/2024	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Confecção de cadastro	6.697	10.825	5.188
Contas correntes	559	752	-
Cobrança	30	72	-
Outras	-	2	-
	7.286	11.651	5.188

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas administrativas

	01/07/2024	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(4.990)	(8.398)	(3.686)
Processamento de dados	(4.973)	(7.918)	(3.701)
Promoções e relações públicas	(1.840)	(2.269)	(905)
Descontos concedidos	(1.526)	(1.568)	(19)
Serviços técnicos especializados	(1.300)	(2.537)	(1.784)
Aluguéis	(592)	(842)	(459)
Honorários da diretoria	(432)	(864)	(752)
Viagens e hospedagens	(228)	(379)	(193)
Transporte e combustível	(108)	(141)	(48)
Bens de pequeno valor	(94)	(99)	(27)
Serviços do sistema financeiro	(86)	(129)	(13)
Energia elétrica e água	(59)	(111)	(99)
Manutenção e conservação de bens	(38)	(47)	(18)
Depreciação	(34)	(62)	(21)
Comunicações	(7)	(44)	(35)
Condomínio	-	(19)	(80)
Seguros	(1)	(1)	-
Outras despesas administrativas	(278)	(536)	(157)
	(16.586)	(25.964)	(11.997)

c) Despesas de pessoal

	01/07/2024	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(2.983)	(4.914)	(3.306)
Encargos sociais	(996)	(1.648)	(1.143)
Benefícios	(880)	(1.451)	(829)
Treinamentos	(29)	(49)	(16)
	(4.888)	(8.062)	(5.294)

d) Despesas tributárias

	01/07/2024	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(791)	(1.480)	(817)
PIS	(128)	(240)	(133)
Imposto sobre serviços prestados	(364)	(582)	(260)
Outros impostos	(11)	(18)	(58)
	(1.294)	(2.320)	(1.268)

15. Riscos processuais

A Companhia não responde por processos judiciais e administrativos de qualquer natureza (trabalhista, cível e tributária), com probabilidade de perda considerada provável ou possível perante tribunais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos. Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas, composta por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo.

Os principais riscos monitorados são:

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

Risco socioambiental

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Gerenciamento de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17 e alterações.

A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Na data-base 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 4.783 (R\$ 4.997 em 31 de dezembro de 2023) e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco (“RWA”), era de R\$ 40.973 (R\$ 29.103 em 31 de dezembro de 2023) na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17 e alterações.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 6.965 (R\$ 4.947 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2024, apresentava Patrimônio de Referência inferior ao valor mínimo exigido, não atendendo ao percentual mínimo de 17% previsto na regulamentação vigente.

17. Eventos subsequente

Resgates de Cotas de Fundos de Investimento

Em 5 de fevereiro de 2025, foi realizado o resgate parcial de 790 cotas do FIDC Extra Balance Top Sierra - Sub, classificado como fundo de investimento em renda fixa, pelo valor bruto de R\$ 2.736.472. Desse montante, R\$ 236.472 foram destinados ao recolhimento de imposto de renda, resultando em um valor líquido de R\$ 2.500.000, conforme as condições de mercado vigentes na data da operação.

Posteriormente, em 12 de fevereiro de 2025, foi efetuado o resgate total de 271,43 cotas do mesmo fundo, pelo valor bruto de R\$ 786.749. Do total, R\$ 58.226 foram retidos a título de imposto de renda, resultando em um valor líquido de R\$ 728.523.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31
de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Com a venda das cotas, a Companhia voltou a se enquadrar no Patrimônio de Referência Mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

FERNANDO SOARES GURGEL:73802492315 Digitally signed by FERNANDO
SOARES GURGEL:73802492315
Date: 2025.05.12 11:08:40 -03'00'

Fernando Soares Gurgel
Diretor Executivo

Felipe Ferreira Braz da Silva
Contador
CRC 1SP331427/O-3